

E, aqui, os homens se vendem

Nesta cidade mercantilista, em que até as pessoas têm seu preço, há dois tipos de lobby: o aberto, disfarçado de mera assessoria, quase institucionalizado, e por intermédio do qual o escritório lobista cobra — contra recibo — por seus serviços, e o lobby negro, que atua nos bastidores e é sem dúvida o mais rentável.

Sem recibos, e sem que seus autores apareçam, ele funciona à custa de comissões, subornos, corrupções, e tem como importante personagem os modestos assessores das grandes personalidades.

Vejamos o depoimento de um desses assessores, que afirma ter resistido até agora a todas as propostas, e cujo nome, por motivos óbvios, não deve ser divulgado:

— A corrupção, hoje, nos médios escalões do governo, é escandalosa. Antes, quando a imprensa estava sob censura, nada surgia, e de alguma forma parece que ela era praticada quase que apenas nos altos escalões, pois a centralização era maior. Com o tempo, e até favorecida, paradoxalmente, por uma pequena abertura, ela se espalhou por todos os setores, e grassa de cima a baixo. Ela se dá agora principalmente entre assessores.

— Muitas vezes — continua este assessor — um ministro, por exemplo, ignora que está sendo usado por seu assessor. É comum empresas que estão em dificuldades convidar ministros e até o presidente para visitar suas instalações. Em troca da organização dessas visitas, que são o ponto de partida para negócios com funcionários do governo, o assessor pode ganhar presentes como um automóvel, uma casa ou mesmo dinheiro à vista, 20 milhões de cruzeiros.

— Propiciar contatos, entrevistas ou conseguir cartas de recomendação transformou-se num excelente negócio para os assessores. Recentemente, um empresário visitou-me e disse-me o seguinte: "Olha aqui, fulano, sei que você é pobre. Estou em dificuldades: vamos, então, nos ajudar. Você me consegue uma carta do chefe recomendando-me à Caixa Econômica Federal e eu lhe dou um bom presente de dez milhões de cruzeiros". Assim, na bucha.



(Aqui, um parêntese. A testemunha de uma conversa de coquetel relata que, já meio alegre, no terceiro ou quarto uísque, uma importante autoridade da área econômica referia-se ao poder concentrado em suas mãos, que até mesmo o espantava, e ao lembrar que podia, com uma simples assinatura, arruinar um império econômico privado, concluía: "O grão que bate em nosso peito é tanto, tão inimaginável, que é preciso ser muito forte para resistir".

E nosso assessor prossegue:

— Para quem tem o salário de mais ou menos um milhão de cruzeiros mensais, deve ser realmente muito difícil resistir a uma proposta dessas: 10% sobre um negócio envolvendo bilhões de cruzeiros, presentes caríssimos, e às vezes para fazer coisas tão simples, nem ao menos ilegais, como uma assinatura, uma aproximação, um simples contato. E é esse o perigo: a coisa parece honesta, no início, mas depois engrossa e o sujeito se vê completamente envolvido e não pode mais sair. A gente está sempre escorregando em casca de banana. O próprio presidente da República já foi usado sem saber.

Os grandes escândalos

Mas os grandes negócios, que começam nas assessorias, num simples contato, terminam — como já é público — fechados entre as quatro paredes de um gabinete supremo. Os escândalos da Capemi (envolvendo militares, tecnocratas, jornalistas e até parentes do comandante militar

do Planalto, e ex-segundo homem do SNI, general Newton Cruz), Coroa-Brastel (envolvendo altos funcionários do Banco Central), Delfin e outros expuseram com toda a crueza as apodrecidas entranhas da corrupção oficial.

Alguns parlamentares, como o senador Murilo Badaró, acham que a institucionalização do lobby poderia até mesmo contribuir para a diminuição da corrupção, do lobby negro, das negociações. Badaró chegou a apresentar um projeto legalizando o lobby no Senado — um primeiro passo para sua institucionalização — mas a idéia foi embargada, temporariamente, pelo ministro Leitão de Abreu.

Os defensores da idéia querem que existam no Senado escritórios de lobby funcionando como assessoria parlamentar e até com instalações como as dos comitês de imprensa, com suas mesas, telefones, representação eleita. Quando os defensores do lobby aberto citam os comitês de imprensa como modelos de instalação, eles lembram que, muitas vezes, alguns jornalistas, a despeito do controle de suas redações, acabam por se envolver também — indevidamente, na opinião dos lobistas — em negócios particulares.

Seria injusto, entretanto, afirmar que há em Brasília muitos jornalistas a serviço de outras empresas além das de comunicação. Na verdade, o que ocorre é que, dos seus postos nas salas de imprensa de ministérios, autarquias ou no Congresso, eles acabam, em muitos casos, servindo a dois senhores: ao jornal, revista, TV ou rádio que representam e ao setor cujas notícias acompanham.

Por causa disso, alguns órgãos de imprensa tentam fazer um rodízio de seus profissionais nestas áreas, para evitar os comprometimentos, mas nem sempre tal controle é eficiente. No comitê de imprensa do Congresso, por exemplo, não são poucos os jornalistas que acabaram contratados por parlamentares ou pela própria Câmara ou Senado. O colunista Carlos Castello Branco, do *Jornal do Brasil*, lembra por exemplo que recentemente foi convidado para se candidatar à presidência do comitê de imprensa do Congresso, porque entre todos os que se dispunham a aceitar a função não havia um só que não fosse funcionário da Casa, o que os tornava automaticamente inelegíveis.

— Uma vez — lembra ainda Castello Branco — o jornalista Armando Rollemberg foi surpreendido com a notícia de que tinha sido contratado à revelia para uma função no Senado, e já havia um salário à sua disposição. E então ele teve de pedir para ser demitido antes mesmo de ser contratado. O número de assessores parlamentares na Câmara é uma coisa gigantesca.

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio (PDS do Ceará), tornou-se notável por ter assegurado empregos para dezenas de jornalistas — tantos que, em determinado período, acabou merecendo uma extraordinária e simpática cobertura da imprensa. Para os parlamentares, dispor de um jornalista a seu serviço em cada órgão de imprensa é algo precioso: muitas vezes é possível sair assim do mais penoso anonimato.

Mas se esse trabalho de lobby parlamentar junto à imprensa é sempre subterrâneo, o mesmo não se pode dizer do lobby empresarial junto aos parlamentares. Como diz o senador Murilo Badaró, o mais ardente defensor do lobby aberto, como nos Estados Unidos, "não vejo nada ilegítimo no fato de alguém vir ao meu gabinete defender seus interesses, desde que não faça propostas indecorosas".

Ele acha até que o lobby deverá crescer com a abertura, e na realidade, de acordo com outros analistas, isso pode ser verdade, na medida em que o avanço da democracia acabará por golpear profundamente os lobistas negros, os propiciadores de contatos subterrâneos entre empresários e autoridades.

— Antes — diz o colunista Carlos Castello Branco, um dos mais bem-informados da Cidade — as empresas preenchiam alguns de seus postos com pessoas de grande influência política, para atuar junto ao governo. Mas essas pessoas não existem mais e criaram-se os cargos de "abre-portas", preenchidos por militares, principalmente aqueles gerais da reserva que têm liberdade para pegar as maçanetas e empurrar as portas dos grandes gabinetes sem se anunciar e sem pedir licença.



Acima e abaixo, duas visões de Brasília: os privilegiados habitantes da Corte velejando no lago Paranoá, e os pobres...

Arquivo